DOI: <http://dx.doi.org/10.12660/gvcasosv3n2c12>

DIA DA CRIANÇA: MISSÃO INSTITUCIONAL DO EXÉRCITO? **Children's Day: is it an institutional mission of the Army?**

CLAUDINEY SILVESTRE ALVES – silvestre_int@yahoo.com.br

Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro - RJ, Brasil

Submissão: 14/06/2013 | Aprovação: 01/11/2013

Resumo

Uma unidade militar do Exército realiza tradicionalmente um evento de integração com a comunidade: a comemoração do dia da criança. Ao receber a incumbência de organizá-lo, o Capitão Siqueira Campos questiona a legitimidade desse tipo de ação dentro de um quartel.

O caso pode ser utilizado em cursos de gestão pública, em aulas que discutam um ou mais dos seguintes temas: Captação de recursos diretamente por instituição pública mediante doações. Desafios na aplicação diante das determinações legais; Gestão social: os desafios nas parcerias público-privadas e organizações da sociedade civil; O Direito e o papel das Forças Armadas nas ações cívicos-sociais (ACISO). Finalidade institucional e sua legalidade.

Palavras-chave: Evento de integração, Legitimidade, Gestão social, Instituição militar, Engajamento social.

Abstract

A military unit of the Army traditionally holds an integration event with the community: celebrating Children's Day. When Captain Siqueira Campos was given responsibility for organizing it, he questioned the legitimacy of this type of action within a barracks.

The case can be used on public management courses, in lessons that discuss one or more of the following topics: direct fund-raising by public institutions by way of donations; challenges in applying such funds appropriately, given the legal determinations; social management: the challenges of public-private partnerships and civil society organizations; the law and the role of the armed forces in civic-social actions (ACISO); the institutional purpose and its legality.

Keywords: Integration Event; Legitimacy; Social Management; Military Institution; Social Engagement.

Criciúma, Santa Catarina, 13 de setembro de 2010. Poucos dias depois das festividades em comemoração ao 7 de setembro, o Comandante do 171º Grupo de Artilharia de Campanha (GAC), Coronel Trautman, pediu para chamar o Fiscal Administrativo da unidade, Capitão Siqueira Campos. Minutos depois, o capitão se apresentou: “Pois não, Coronel!”.

“Precisamos preparar as festividades para a semana da criança”, disse o Coronel. E prosseguiu:

O prefeito acaba de me ligar solicitando nosso apoio novamente. Nós realizamos esse evento nas instalações desde 1993, e ele já foi incorporado ao calendário local. Como você é novo aqui, estou avisando com antecedência para que você mantenha o padrão de excelência do evento. No ano passado, contratamos uma empresa para colocação de brinquedos para diversão das crianças. A empresa contratada ficou responsável pela montagem de tobogã, piscina de bolinhas, cama elástica e castelo inflável. Lembro que você precisa treinar os soldados para fazer a segurança da criançada. Não queremos que elas se percam no interior do quartel. Nós também distribuimos o “kit bocão”, com escova e creme dental, para realização de atividades com nossos dentistas sobre higiene bucal. Siqueira Campos, outra coisa que deve anotar é o lanche que as crianças receberão. No ano passado, faltou cachorro-quente, porque os soldados comeram um bocado. Você precisa organizar isso. Para este ano, queremos oferecer sorvete, realizar uma apresentação com músicos locais e uma animação com palhaços. Você tem bastante trabalho a fazer, mas, no final, compensa, pelo prestígio que o quartel e o Exército ganham junto à sociedade.

O Capitão ouviu atentamente, tomando notas de vez em quando, e começou a pensar em como fazer e, principalmente, qual o custo do evento. Ao final da explanação, o Coronel perguntou ao “capita” se ele tinha alguma dúvida. “Não, Senhor!”, respondeu. “Missão dada é missão cumprida”, disse o Coronel, e acrescentou: “Mas vou lhe ajudar”. Nesse momento, entregou ao Capitão Siqueira Campos uma lista de empresários locais. Fez-se um instante de silêncio. Pedindo licença para se retirar, o Capitão foi alertado sobre uma última informação: “Este é meu último ano de comando, ‘capita’. Não estrague o bom trabalho que vem sendo feito antes de sua chegada”.

Na mente do Coronel Trautman, permanecia a informação de que o Capitão havia servido em uma Inspetoria de Contabilidade (unidade de controle interno do Exército), e haviam lhe alertado de que ele era extremamente apegado aos regulamentos, inflexível às predileções político-sociais de seus comandantes. Ao mesmo tempo, pensava o Capitão Siqueira Campos: “Se esse Coronel está achando que eu vou me desdobrar para fazer suas vontades e caprichos, está muito enganado. Bem que me avisaram de que ele é político e faz de tudo para concorrer ao generalato”.

Faltava menos de um mês para o evento...

Na manhã seguinte, na habitual reunião de oficiais após a formatura, em meio a diversos assuntos do cotidiano militar, o Tenente Pinga-Fogo, que tinha sido responsável pela organização do evento das crianças nos dois anos anteriores, pediu a palavra:

Coronel Trautman, o que vamos fazer este ano? No último evento, o dinheiro quase não deu. Para este ano, recebi a informação de que o número de crianças quase dobrou. Como vamos dar lanche e brinquedos para todos? E mais, os empresários foram relutantes em nos repassar dinheiro. O Senhor Otávio Correa alegou que já pagava impostos demais para ainda ter que entregar dinheiro vivo para os “milicos”!

Respondendo à indagação do Tenente, o Coronel Trautman disse, em tom desafiador: “Vai depender da desenvoltura do Capitão Siqueira Campos. Já passei uma lista de empresários para ele ir pedir o dinheiro que for necessário. Só depende dele”.

O Capitão Siqueira Campos não se sentia muito confortável. Via-se impelido a realizar algo que, em seu entendimento, não parecia adequado. E via, na forma como sua responsabilidade fora exposta ante seus pares, uma busca de legitimação por parte seu superior.

Ao chegar a sua casa, pôs-se a estudar os regulamentos, para avaliar a possibilidade de pedir dinheiro à sociedade. Não queria fugir da responsabilidade, mas sabia que não podia cumpri-la a qualquer custo, sem respeito aos preceitos legais e regulamentares. Estudou até de madrugada, lembrando seus tempos de Cadete da Academia Militar das Agulhas Negras, quando os estudos

noite afora, somados à sua conduta exemplar, lhe renderam a primeira colocação, com vários prêmios.

No dia seguinte, abraçado aos ditames regulamentares que havia estudado, Siqueira Campos foi ter com o Comandante. Foi direto ao ponto: o quartel não havia recebido recursos orçamentários destinados à realização de eventos como o dia da criança, e, sem os referidos créditos orçamentários, não seria possível realizar os procedimentos necessários às despesas destinadas ao evento. Quanto ao levantamento de recursos com o empresariado, informou que não encontrou normativo que viabilizasse tal ação.

O Coronel Trautman, percebendo a perspicácia do seu fiscal administrativo, refutou suas colocações. Como quem guarda as melhores cartas na manga para o momento certo, o Coronel informou:

Você não tomou conhecimento do parecer da Secretaria de Economia e Finanças, que autoriza a solicitação de recursos às empresas? E mais: desde 1993, nunca utilizamos recursos dos cofres públicos para a realização desses eventos. Até porque não haveria como usar recursos do Tesouro, pois o evento exige aplicação imediata do dinheiro. Se esperássemos os prazos da realização da despesa, como você quer, o evento se chamaria “Festa de Natal”, e não “Dia da Criança”!.

Siqueira Campos ouviu atentamente o Coronel e respondeu que verificaria o assunto com mais cuidado, diante dos esclarecimentos recebidos. Pediu licença e saiu pensando:

Ainda que haja autorização para pedir dinheiro, não é possível sua utilização sem o respeito às fases e estágios dos gastos públicos: licitação ou dispensa, empenho, liquidação e pagamento. Ainda que o Coronel argumente que a realização do evento “Dia da Criança” encontra guarida no seio das ações públicas levadas a cabo pelo 171º GAC, existem questões não respondidas: Como conceber que uma unidade gestora julgue relevante a realização de determinado evento e não disponha de recursos específicos para tal? E mais: a situação de um quartel dispendo de seus oficiais e praças para arrecadação de dinheiro junto a particulares, com fim de realizar evento de interesse da própria unidade, não é algo que colide com a própria imagem do Exército?

Meia hora depois, o Coronel Trautman, muito pensativo sobre as últimas ocorrências, mandou chamar o Subcomandante, Tenente-coronel Oblivion. Em uma longa conversa, refletiu sobre o evento Dia da Criança. De certa forma, o Capitão tinha razão: se considerado de interesse da Força Terrestre, deveria ter sido custeado pelos recursos públicos e executado dentro do orçamento anual, e não a partir de doações recebidas das empresas de Criciúma, doações, aliás, que sempre haviam sido operadas fora da gestão orçamentária da unidade. O diálogo entre os dois foi o seguinte:

Oblivion: “O Capitão Siqueira Campos me procurou mais cedo, para pedir orientação sobre esta situação. Tivemos uma longa conversa e, ao final, ele indagou sobre a necessidade de recolher o dinheiro recebido mediante depósito na conta única do Tesouro Nacional. Aquele procedimento que se faz com a GRU [Guia de Recolhimento da União]”.

Nesse momento, o Coronel Trautman fez cara de surpresa e demonstrou preocupação.

“Pois é”, continuou Oblivion, “o Siqueira Campos conhece o procedimento, pois era uma das suas responsabilidades na Inspetoria de Contabilidade”.

“Mas como realizar a despesa, então?”, indagou Trautman. “Você sabe que não recebemos crédito orçamentário para esse tipo de atividade. Mesmo que pedíssemos! Com o constante corte de despesas imputado ao Exército, não seríamos atendidos nunca. E como fazer com as crianças que, a cada ano, esperam ter ao menos um momento de atenção? A cidade já espera de nós esse evento, as

escolas se programam, as famílias aguardam o atendimento médico-odontológico de nossos profissionais de saúde. Seria um grande impacto negativo para unidade e para o Exército”.

“Perfeitamente, Comandante”, assentiu Oblivion, “mas é preciso ter em conta, também, que uma ação fora dos ditames legais pode ter efeitos negativos. Ela pode prejudicar a sua carreira. Digo isso, pois o Capitão Siqueira Campos me apresentou este documento contendo alguns mandamentos legais que devem ser respeitados”.

Nesse momento, o Tenente Coronel Oblivion apresentou uma separata ao Comandante, com o seguinte teor:

Senhor Comandante, venho por meio deste ofício apresentar a fundamentação legal que deve ser apreciada antes de dar prosseguimento à atividade de levantamento de dinheiro junto aos empresários, a saber:

Constituição Federal/88

Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Lei 4.320/64

Art. 56. O recolhimento de todas as receitas far-se-á em estrita observância ao princípio de unidade de tesouraria, vedada qualquer fragmentação para criação de caixas especiais.

Em suma, era questionada a legalidade de o quartel receber verbas da comunidade para realizar eventos de cunho social, inclusive o fato de utilizar o pessoal da organização militar, bem como disponibilizar os meios necessários à consecução do evento.

Trautman: “Bem... [pausa]. De fato, o pica-fumo tem razão. Não é o primeiro da turma de graça. Falta-lhe a sua experiência, Oblivion, para informar as coisas com jeito. Mas, sobre a possibilidade de realizar o evento, isso está fora de questão. Se não fosse possível, o escalão superior já teria proibido”.

“Sobre a realização do evento”, disse o Tenente-coronel, “consultei o Major Dutch, da 6ª Inspeção de Contabilidade e Finanças, e ele asseverou que é possível, sim. Ele me enviou o seguinte normativo, baseando-se no mesmo art. 142 da Constituição, que, no seu § 1º, dispõe que uma lei complementar estabelecerá as normas gerais a serem adotadas na organização, no preparo e no emprego das Forças Armadas. Essa lei é a Lei Complementar n. 97, de 9 de julho de 1999”.

Oblivion leu para o Comandante:

Art. 16. Cabe às Forças Armadas, como atribuição subsidiária geral, cooperar com o desenvolvimento nacional e a defesa civil, na forma determinada pelo Presidente da República.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, integra as referidas ações de caráter geral a participação em campanhas institucionais de utilidade pública ou de interesse social.

Trautman: “Perfeito! Além disso, o simples fato de trazer jovens para realizarem atividades no interior da organização militar, sem sombra de dúvidas, tem o condão de despertar a noção de patriotismo e de cidadania. Nesse sentido, não se pode dizer que foge à razoabilidade a adoção dessas ações. Ademais, a integração das Forças Armadas com a comunidade é demasiadamente salutar, mormente nas cidades em que a presença do Estado pouco se faz sentir. Etapa resolvida. Mas ainda estamos em um impasse quanto ao uso dos recursos”.

“Certamente, Comandante!”, respondeu Oblivion. E, buscando uma nova informação em suas anotações: “O Siqueira Campos questiona a legitimidade da organização militar de se valer desses recursos para a realização de seus eventos. Menciona que a busca de patrocínio com a iniciativa privada poderia afrontar o princípio da moralidade, mormente o Código de Ética do Servidor Público [Decreto n. 1.171, de 22 de junho de 1994]. Defende que esse normativo veda ao servidor público *‘pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão ou para influenciar outro servidor para o mesmo fim’*. Mas eu não vejo na ação de pedir ajuda aos empresários qualquer infração ao dispositivo ora comentado. Vale esclarecer que a vedação contida no Código de Ética refere-se a benefícios que venham a ser revertidos ao servidor, à sua família ou qualquer outra pessoa. No nosso caso, pretende-se a captação de recursos para a realização de evento em que toda a comunidade seria beneficiada”.

Esfregando a mão no queixo, bastante pensativo, mas não resignado, o Coronel Trautman emendou: “Obrigado pelas informações, Oblivion. Agora a decisão é minha. Volte aqui amanhã pela manhã, junto com o Capitão Siqueira Campos. Você está dispensado. Pode retornar às suas atividades”.

Na manhã seguinte, conforme estabelecido pelo Comandante, se apresentaram o Tenente-coronel Oblivion e o Capitão Siqueira Campos. O Coronel Trautman recebeu-os já dizendo: “Vamos dar continuidade aos procedimentos relativos ao Dia da Criança. Essa é a minha decisão”.

Oblivion e Capitão Siqueira se entreolharam, surpresos com a decisão. Depois de uma pequena pausa, o Coronel Trautman, alisando seu bigode, num claro esforço para aceitar as ponderações de seus oficiais, disse, titubeante: “Em todo caso, para esclarecer essa história, precisamos urgentemente contatar a Assessoria Especial e falar com o Coronel Braddock. Ele saberá dizer como devemos proceder neste caso. Eles saberão nos informar como realizar o evento sem pôr em risco a lisura e as boas práticas administrativas”.

Oblivion: “Certo, Comandante. Vou providenciar a viatura para que possamos todos ir a Florianópolis saber o que deve ser feito”.

No dia seguinte, embarcaram o Coronel Trautman, o Tenente Coronel Oblivion, o Capitão Siqueira Campos e o Tenente Pinga-Fogo.